



MECANICAPINA
LIMPEZA URBANA LTDA.

CNPJ 02.207.800/0001-03

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PRISCILA MAURER LEVISKI -
COORDENADORA DE COMPRAS
SENHORA LUCILDA NAIR BARIQUELLO - PRESIDENTE DA COMISSÃO
DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IJUÍ/RS.

REF.: CONCORRÊNCIA Nº 03/2020 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 862/2020

MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 02.207.800/0001-03, com sede na Alameda Três de Outubro, nº 630, Sala 101, Bairro Sarandi, Porto Alegre/RS, na pessoa de seu representante legal, vem à honrosa presença de Vossa Senhoria, com fulcro no art. 109, inciso I, alínea “a” da Lei nº 8.666/93, interpor o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

Pelos seguintes fundamentos de fato e de direito que
passa expor:



MECANICAPINA
LIMPEZA URBANA LTDA.

CNPJ 02.207.800/0001-03

I – DOS FATOS E FUNDAMENTOS

A Recorrente credenciou-se junto a Comissão de Licitações, para participar da Concorrência nº 03/2020, cujo objeto é “a contratação de serviço de coleta de resíduos sólidos domiciliares e recicláveis”.

Em 22/10/2020, a Comissão de Licitações, credenciou as licitantes e abriu os envelopes da documentação de HABILITAÇÃO, após a conferência e rubrica de todos os presentes, a sessão foi suspensa para análise contábil e técnica dos documentos habilitatórios.

Após análise dos documentos de habilitação do processo, a Comissão Permanente de Licitações decide por **INABILITAR** as licitantes Panambi Ambiental Eireli, Ecoservice Construções e Serviços Eireli, Simpex Serviços de Coleta, Transporte e Destino Final de Resíduos Ltda e Brisa Transportes Eireli, bem como **HABILITAR** as licitantes Mecanicapina Limpeza Urbana Ltda e Ansus Serviços Ltda.

Razão pela qual vem a peticionária apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** pelos argumentos de fato e de direito a seguir declinados:

Em análise à documentação apresentada pelas empresas **PANAMBI AMBIENTAL EIRELI, ECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, SIMPEX SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS LTDA, BRISA TRANSPORTES EIRELI E ANSUS**



SERVIÇOS LTDA, restou evidenciado o não cumprimento das premissas editalícias, mais especificamente, deixou de apresentar, a comprovação referente ao exigido nos **Item 7.1.2 Regularidade Fiscal, Item 7.1.3 Qualificação Técnica, Item 7.1.5 Qualificação Econômica-Financeira e 7.4 Declaração Lei Complementar nº 123/06**

I.I - QUANTO À OBRIGATÓRIA INABILITAÇÃO DAS LICITANTES DESCUMPRIDAS DAS REGRAS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

I.I.I. QUANTO À LICITANTE PANAMBI AMBIENTAL

Quanto à licitante Panambi Ambiental, a mesma apresentou Prova de Inscrição no cadastro de contribuinte estadual ou municipal, incompatível com o objeto contratual. Sendo assim, descumpriu com as determinações previstas no item 7.1.2, alínea “b” e, portanto, sua inabilitação no presente processo é medida que se impõe.

Ainda, em que pese ter pleno conhecimento acerca do objeto licitado no certame, ***apresentou Atestado Técnico com quantitativos e prazos em desacordo com o exigidos no edital.*** O documento, além disso, ***não comprovando serviços compatíveis com o objeto da contratação, afrontando expressamente o disposto no item editalício 7.1.4, alínea “b.3”.***

Dentre todas irregularidades já descritas, a Empresa Panambi não apresentou a Licença Ambiental e/ou declaração de isenção da FEPAM, descumprindo as determinações editalícias do item 7.1.4, alínea “e”.



MECANICAPINA
LIMPEZA URBANA LTDA.

CNPJ 02.207.800/0001-03

Mas não é só. Resta evidenciada outra irregularidade na documentação apresentada pela licitante Panambi. Há total afronta à regra editalícia expressa no item 7.1.5, uma vez que o documento juntado ao processo, apresenta prejuízo em seu fechamento, atestando, por óbvio, que a empresa não dispõe de boa capacidade econômico-financeira.

Corroborando com tais informações, cumpre-nos enfatizar que os índices financeiros apresentados pela licitante, que deveriam atestar sua capacidade econômico-financeira, não foram calculados na forma especificada pelo instrumento convocatório. É inequívoco, portanto, que a licitante Panambi descumpriu o disposto no item editalício 7.1.5.1.

Outrossim, a Empresa não cumpriu com a determinação editalícia disposta no item 7.4, uma vez que a declaração apresentada não está firmada por contador. Sendo assim não terá o direito a utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/06.

I.I.II – QUANTO À LICITANTE ECOSERVICE

Inicialmente, cumpre-nos destacar que a licitante apresentou inscrição no cadastro municipal com atividade incompatível com o objeto licitado, não cumpriu com a determinação editalícia disposta item 7.1.2, alínea “b” e, portanto, sua inabilitação no presente processo é medida que se impõe.



MECANICAPINA
LIMPEZA URBANA LTDA.

CNPJ 02.207.800/0001-03

Outrossim, a Empresa não cumpriu com a determinação editalícia disposta no item 7.1.2, alínea "b.3", uma vez que não comprovou expertise e quantidades referente ao serviço de coleta de resíduos sólidos recicláveis.

Na pretensão do cumprimento item 7.1.4, alínea "e", a licitante se equivoca, apresentando licenças que não se referem a coleta de resíduos sólidos domiciliares orgânicos e seletivos.

I.I.III – QUANTO À LICITANTE SIMPEX

A licitante descumpriu o item 7.1.4, alínea "b.3", pois apresentou atestados de qualificação técnica com quantitativos inferiores ao solicitado no edital, não sendo evidenciado o serviço de coleta de resíduos seletivos.

Apresentou a Certidão de Registro de Profissional – CREA/RS, do responsável técnico Gabriel Costa Koing, com data de validade **VENCIDA**, descumprindo as disposições editalícias.

Na pretensão do cumprimento item 7.1.4, alínea "e", a licitante apresenta tão somente uma Declaração de Isenção, sendo que as demais empresas apresentaram tal licença emitida pelo órgão responsável.

I.I.IV – QUANTO À LICITANTE BRISA

Inicialmente, é importante salientar que a licitante descumpriu o item 7.1.4, alínea "b.3", uma vez que não constou nos atestados de qualificação técnica, nem nas respectivas ARTs, o quantitativo compatível



MECANICAPINA
LIMPEZA URBANA LTDA.

CNPJ 02.207.800/0001-03

em quilômetros rodados para o serviço de coleta seletiva, nem ao menos é possível comparar o número de habitantes dos municípios onde apresentou atestado.

Outrossim, a Empresa não cumpriu com a determinação editalícia disposta no 7.1.4, alínea “e”, uma vez que não apresentou a Isenção ou Licença Ambiental emitida pela FEPAM.

I.I.V – QUANTO À LICITANTE ANSUS

Do mesmo modo, a licitante Ansus não cumpriu com a determinação editalícia disposta no item 7.1.2, alínea “b”, uma vez que os documentos apresentados não descrevem as atividades compatíveis com o objeto licitado.

Na pretensão do cumprimento ao item, a licitante se equivoca! Em ancoragem ao seu entendimento do que, acredita ser o cumprimento do aludido item, se utiliza, tão somente, da inscrição estadual e municipal não se atentando as atividades relacionadas, sendo assim deve ser inabilidade uma vez que não cumpri as determinações expressas no edital.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO DE MÉRITO

O fato do não cumprimento dos Itens, pode parecer mera formalidade, mas o Edital, corretamente, arrolou as exigências habilitatórias nos termos da lei e os licitantes devem cumprir TODOS os seus termos, sob pena de restar inabilitados.

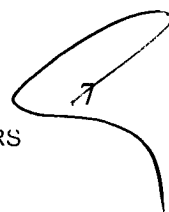
O mencionado tratamento perpetua a legalidade, a isonomia e se alicerça na premissa que *'a licitação faz lei entre as partes'*, e seu descumprimento configurará ilegalidade.

Além disso, acatar a habilitação das empresas **PANAMBI AMBIENTAL EIRELI, ECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, SIMPEX SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS LTDA, BRISA TRANSPORTES EIRELI E ANSUS SERVIÇOS LTDA**, mesmo diante dos vícios arrolados em epígrafe, propiciaria a transgressão de direitos, tanto daqueles que participaram do certame e cumpriram as exigências, como em relação às empresas que não participaram do certame por não deter o escopo de habilitação.

Gize-se que o processo licitatório deve ser claro ao fundamentar suas decisões, tendo por base os **PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO**.

A observância ao Princípio da Vinculação ao edital é medida que se impõe, interpretado este como um todo, de forma sistemática.

Desta maneira, os requisitos estabelecidos nas regras editalícias devem ser cumpridos fielmente, sob pena de inabilitação do licitante, nos termos do art. 43, inc. IV da Lei 8.666/1993. Para salvaguardar esse entendimento, transcrevemos, novamente, o próprio Edital que traz em seu Item:





MECANICAPINA
LIMPEZA URBANA LTDA.

CNPJ 02.207.800/0001-03

“7.7 A documentação de habilitação será apreciada em conformidade com as exigências deste edital e seus anexos.

(...)

7.7.2 A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no Envelope nº 01 (Habilitação) ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, será inabilitada, não se admitindo complementação posterior. ”

A licitante se coaduna com as exigências do Edital e manifesta sua plena concordância ao apresentar documentação para análise e postular sua habilitação no certame.

Não apresentar a documentação habilitatória nos termos do edital, ou trazê-la de forma incorreta, caracteriza descumprimento à Lei e ao edital, devendo ocorrer a inabilitação ou a desclassificação, conforme o caso.

O princípio da vinculação dos participantes às regras editalícias alinhadas à legislação obriga o cumprimento estrito das mesmas, sob pena de seu afastamento do certame. Assim, a documentação e as comprovações documentais exigidas em Edital são da maior relevância ao tratamento equânime dos interessados e serve de parâmetro técnico-legal aos julgadores.

Sabe-se que as obrigações documentais devem ser cumpridas nos termos fixados no Edital, sendo indispensáveis à confirmação plena da

8



capacitação dos competidores – isso é nuclear no que pertine aos procedimentos licitatórios. Nesse sentido, o descumprimento de condição habilitatória editalícia-legal, mesmo ocorrendo, via de regra, por descuido ou engano do licitante faltoso, por si, já está a indicar a falta de qualificativos do mesmo à pretendida contratação.

O indispensável tratamento igualitário dos concorrentes repele a criação de desigualdade injustificada decorrente da igualação dos desiguais. Isso ocorre quando o julgamento coloca lado a lado licitante cumpridor das regras e outro descumpridor – aqui sobressai o julgamento anti-isonômico dos contendores produzido pelo julgamento – e nessa condição, ilegal.

É importante ressaltar que a concorrência licitatória tem sentido amplo, de tal sorte que a capacitação (ou não) do licitante à assunção do objeto também se revela em detalhes procedimentais e documentais.

Assim, o julgamento habilitatório se dá nos estritos termos do ato convocatório, sendo indispensável para tanto que somente seja validada documentação habilitatória que efetivamente guarde não só afinidade com a amplitude do objeto licitatório, mas também e especialmente, quanto à sua forma de apresentação/ comprovação de exigências legais.

Caso as empresas **Panambi Ambiental Eireli, Ecoservice Construções E Serviços Eireli, Simpex Serviços De Coleta, Transporte E Destino Final De Resíduos Ltda, Brisa Transportes Eireli e Ansus**



Serviços Ltda suscitem complementação documental ou diligência para tal fim, cumpre trazer à baila a lição de Jessé Torres (2009, p. 526):

“a proibição de serem aceitos posteriormente respeita o direito dos demais licitantes ao processamento do certame de acordo com as exigências do edital. Então, a comissão de licitação ou o pregoeiro estão proibidos de ordenar diligências que tenham como finalidade a inclusão de documentação que deveria acompanhar a proposta”.

O consentâneo jurisprudencial é uníssono ao abordar o citado tema:

TRF-5 - Agravo de Instrumento AGTR 62405 SE 2005.05.00.015705-3 (TRF-5). Jurisprudencia. Data de publicação: 16/11/2006. Ementa. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. RESTAURAÇÃO DA RODOVIA BR 235/SE. EDITAL. CAPACITACAO TÉCNICA. EXIGÊNCIA DE EXPERIÊNCIA ASSENTADA EM CRITÉRIO QUANTITATIVO. LEGALIDADE. LEI Nº 8.666/93, ART. 30, II, PARÁGRAFO 1º. - A Administração não pode fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, mas sim garantir ampla participação na disputa licitatória, possibilitando que compareça o maior número possível de interessados, desde que tenham qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações. Isso também possibilita que a proposta mais vantajosa para a Administração seja encontrada em um universo mais amplo. - A norma inserta no art. 30 II, parágrafo 1º, da Lei 8.666 /93 orienta-se no sentido de permitir a inserção no edital de exigências de quantidades mínimas ou de prazos máximos quando, vinculados ao objeto do contrato, estiverem assentadas em critérios



razoáveis. - In casu, a empresa agravada foi excluída da licitação para a execução dos serviços de restauração da Rodovia BR-235/SE, na fase de habilitação, visto que não atendeu a exigência contida no item 14.4, c, do Edital de Concorrência, referente à quantidade mínima (75.000 m³) do serviço denominado "Reciclagem de Base Existente". - A Administração, ao determinar esse tipo de habilitação técnica, além de ter respaldo na própria Lei 8.666/93, como visto, visa a salvaguardar a eficiência e a qualidade das obras que contrata, isto é, o objeto da concorrência. Ademais, a exigência referente à quantidade mínima do serviço acima é um quantitativo razoável se se levar em conta a natureza do serviço a ser executado e, como disse a agravante à fl. 08 dos autos, "a dimensão da obra e a quantidade total do serviço que consta no orçamento, equivalendo, tal exigência, apenas a 60% do montante a ser executado". - Agravo de instrumento provido. Relator Desembargador Federal Frederico Pinto de Azevedo.

Assim, é inaceitável a manutenção da habilitação ora vergastada, posto que após tão farta demonstração de desobediência ao edital, é questão de ordem a **INABILITAÇÃO** das licitantes **Panambi Ambiental Eireli, Ecoservice Construções e Serviços Eireli, Simpex Serviços de Coleta, Transporte e Destino Final De Resíduos Ltda, Brisa Transportes Eireli e Ansus Serviços Ltda** com fulcro no **princípio da isonomia assegurado pela Carta Magna**.

Por derradeiro, as contratações públicas devem atentar para o **Princípio da Isonomia** (art. 37, XXI, CF c/c art. 3º LGL), assegurando a todos os concorrentes a igualdade de condições.

PEDIDOS

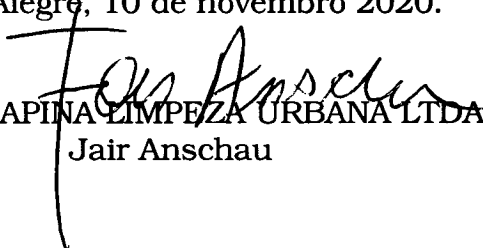
Diante do exposto, consideramos comprovado o total descumprimento das exigências previstas no Edital, oportunidade em que se requer a INABILITAÇÃO das licitantes **Panambi Ambiental Eireli, Ecoservice Construções E Serviços Eireli, Simpex Serviços De Coleta, Transporte E Destino Final De Resíduos Ltda, Brisa Transportes Eireli E Ansus Serviços Ltda,** em face do sólido cenário de descumprimento publicado nessa exegese.

Assim, requer seja provido o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, com base nas argumentações oferecidas, e reconsiderada a decisão que manteve a requerida na disputa no EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2020, e, sejam consideradas **INABILITADAS**, de forma cabal e inequívoca, uma vez que a sua manutenção no certame não encontra amparo legal.

Nestes Termos

Pede deferimento.

Porto Alegre, 10 de novembro 2020.


MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA.
Jair Anschau



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

43203625264

Código da Natureza Jurídica

2062

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Nome: MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



RSP1900157591

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	------------------	------	---------------------------

1	002			ALTERACAO
		023	1	ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO

PORTO ALEGRE

Local

22 Julho 2019

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

☐ NÃO

____/____/____

Data

Responsável

☐ NÃO

____/____/____

Data

Responsável

Processo em Ordem
À decisão

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐☐☐☐

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐☐☐☐

____/____/____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 5103402 em 06/08/2019 da Empresa MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA, Nire 43203625264 e protocolo 193029693 - 22/07/2019. Autenticação: 5D8E83594F37C86AD5C0133C943396EFDF0D018. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 19/302.969-3 e o código de segurança DLSy. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/08/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves
CARLOS VICENTE BERNARDONI GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL



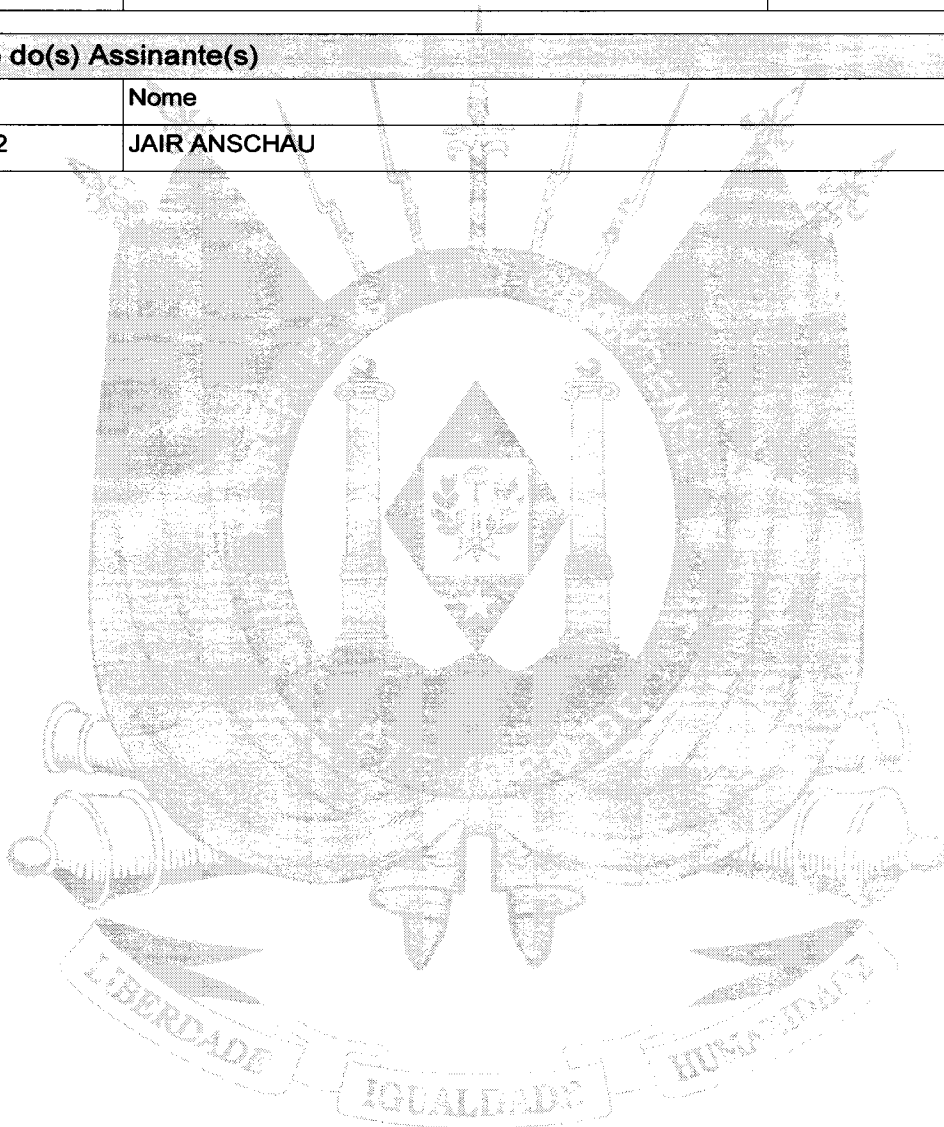
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/302.969-3	RSP1900157591	22/07/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
885.842.830-72	JAIR ANSCHAU



MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA.

CNPJ 02.207.800/0001-03

NIRE 43.2.0362526.4

= 15ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL =

- (1) **CENTAURO HOLDING DE INVESTIMENTOS LTDA.**, sociedade empresária com sede na Alameda Três de Outubro, n.º 630, sala 201, bairro Sarandi, Porto Alegre/RS, CEP: 91130-470, inscrita no CNPJ sob n.º 33.312.046/0001-03, NIRE: 43208438616, constituída em 10/04/2019, neste ato agindo por intermédio de seu sócio administrador Antônio da Silva Mota Filho, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, nascido em 08/10/1946, empresário, portador da Carteira de Identidade n.º 2004204406 SSP/RS, inscrito no CPF sob n.º 173.082.670-91, residente e domiciliado à Rua Dona Adda Mascarenhas de Moraes n.º 1226, apartamento 702, bairro Jardim Itu, Porto Alegre/RS, CEP 91220-140;
- (2) **CENTAURO PARTNERS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.**, sociedade empresária com sede na Alameda Três de Outubro, n.º 630, sala 201, bairro Sarandi, Porto Alegre/RS, CEP: 91130-470, inscrita no CNPJ sob n.º 33.311.198/0001-83, NIRE: 43208438594, constituída em 10/04/2019, neste ato agindo por intermédio de seu administrador não sócio Diego Soares Núñez, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, nascido em 04/08/1984, economista, portador da Carteira de Identidade n.º 1135273082 SSP/RS, inscrito no CPF sob n.º 106.667.357-86, residente e domiciliado na Avenida Ferdinand Kisslinger, n.º 200, apartamento 802, torre 1, bairro Jardim Europa, CEP 91360-054;

Únicos sócios da MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA., sociedade empresária com sede nesta Capital, na Alameda Três de Outubro 630 sala 101, bairro Sarandi, CEP: 91130-470, inscrita no CNPJ sob n.º 02.207.800/0001-03, NIRE: 43.2.0362526.4, resolvem, por este instrumento e melhor forma de direito, alterar, como efetivamente alterado têm, o Contrato Social da precitada sociedade, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

1. Os sócios neste ato, deliberam, por unanimidade, a abertura da filial nº 02, situada na rua Rua Boqueirão, nº 3.835, bairro Estância Velha, Canoas/RS, CEP: 92032-420, cujas atividades serão CNAES: 38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos e 81.29-0-00 - Atividades de limpeza.
2. Em razão da precitada abertura de filial, a Cláusula Quinta passará a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA

A sede social é na Alameda Três de Outubro, 630, sala 101, Bairro Sarandi na cidade de Porto Alegre (RS), CEP: 91130-470.

Parágrafo Primeiro: *A critério dos sócios, a sociedade poderá abrir e extinguir filiais ou quaisquer outros estabelecimentos.*

Parágrafo Segundo: *A sociedade possui as seguintes filiais:*

- a) *Filial nº 01 na Rua Dois de Novembro, 112, na cidade de Gravataí (RS), CEP: 94020-170.*
- b) *Filial nº 02 na Rua Boqueirão, 3.835, na cidade de Canoas (RS), CEP: 92032-420.*



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 5103402 em 06/08/2019 da Empresa MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA, Nire 43203625264 e protocolo 193029693 - 22/07/2019. Autenticação: 5D8E83594F37C86AD5C0133C943396EFDFF0D018. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 19/302.969-3 e o código de segurança DLSy. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/08/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

CARLOS VICENTE BERNARDONI GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 3/13

3. Todas as demais cláusulas e condições, não abrangidas pelo presente instrumento, permanecem em vigor com idêntica redação.
4. À vista da modificação ora deliberada, consolida-se o contrato social com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA.

CNPJ 02.207.800/0001-03

NIRE 43.2.0362526.4

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade adotará o nome empresarial de **MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA.**

CLÁUSULA SEGUNDA

O objeto social será CNAES: 38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos; 81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente; 81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas; 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios; 81.11-7-00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais; 81.30-3-00 - Atividades paisagísticas; 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas; 71.19-7-01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia; 71.11-1-00 - Serviços de arquitetura; 38.21-1-00 - Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos; 37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes; 42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação; 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica; 43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos; 42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente; 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem; 52.12-5-00 - Carga e descarga; 78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária; 46.62-1-00 - Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças; 38.39-4-01 - Usinas de compostagem; 39.00-5-00 - Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos; 38.12-2-00 - Coleta de resíduos perigosos; e, 75.00-1-00 - Atividades veterinárias.

CLÁUSULA TERCEIRA

A sede social é na Alameda Três de Outubro, 630, sala 101, Bairro Sarandi na cidade de Porto Alegre (RS), CEP: 91130-470.

Parágrafo Primeiro: A critério dos sócios, a sociedade poderá abrir e extinguir filiais ou quaisquer outros estabelecimentos.

Parágrafo Segundo: A sociedade possui as seguintes filiais:

- a) Filial nº 01 na Rua Dois de Novembro, 112, na cidade de Gravataí (RS), CEP: 94020-170.



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 5103402 em 06/08/2019 da Empresa MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA, Nire 43203625264 e protocolo 193029693 - 22/07/2019. Autenticação: 5D8E83594F37C86AD5C0133C943396EFDFF0D018. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 19/302.969-3 e o código de segurança DLSy. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/08/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

CARLOS VICENTE BERNARDONI GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 4/13

b) Filial nº 02 na Rua Boqueirão, 3.835, na cidade de Canoas (RS), CEP: 92032-420.

CLÁUSULA QUARTA

A empresa iniciou suas atividades em 01/10/1997 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA

O capital social é de R\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões reais) dividido em 42.000.000 (quarenta e dois milhões) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada, inteiramente subscrito e integralizado na forma seguinte:

Sócio	N.º de Quotas	Capital Social
CENTAURU HOLDING DE INVESTIMENTOS LTDA	41.958.000	R\$ 41.958.000,00
CENTAURU PARTNERS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA	42.000	R\$ 42.000,00
TOTAL	42.000.000	R\$ 42.000.000,00

Parágrafo Primeiro: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLÁUSULA SEXTA

A sociedade será administrada por um ou mais administradores, eleitos e nomeados em ato separado, que serão objeto de registro na Junta Comercial conforme legislação vigente, cabendo a estes representarem a sociedade, conjunta ou separadamente, nos atos civis e comerciais, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, na consecução de fins societários e dentro do objetivo social.

Parágrafo Primeiro: É vedado aos administradores praticar atos em atividades estranhas ao interesse social; assumir obrigações em nome de qualquer dos quotistas ou de terceiros; bem como praticar atos, sem autorização dos sócios, relacionados às matérias que cabem exclusivamente a estes deliberar.

Parágrafo Segundo: Os administradores estão dispensados de prestar caução e perceberão a remuneração mensal que lhes vier a ser fixada por sócios.

Parágrafo Terceiro: Os sócios e administradores não respondem solidariamente pelas obrigações contraídas em nome da sociedade e responderão pessoalmente perante a sociedade e perante terceiros pelos atos praticados em violação do contrato ou da lei no desempenho de suas funções, na forma da legislação vigente.

Parágrafo Quarto: Os administradores, em conjunto ou separadamente, poderão nomear procuradores, devendo o instrumento de procuração especificar os atos a serem praticados.

CLÁUSULA SÉTIMA

Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias previstas em lei ou neste contrato:

a) A modificação do contrato social da sociedade ou de sociedades nas quais ela participe no capital social;



- b) A transformação, incorporação, fusão, cisão e dissolução da sociedade, ou cessação do estado de liquidação;
- c) A designação ou destituição dos Administradores;
- d) A fixação da remuneração dos Administradores;
- e) A aprovação das contas dos Administradores;
- f) O aumento ou redução do capital social;
- g) A destinação do resultado do exercício;
- h) O uso da denominação social ou qualquer outra forma de gravame ou comprometimento da sociedade em avais, fianças, perdão de dívida, dentre outros;
- i) A aquisição de imóveis, veículos ou participações em outras sociedades;
- j) A alienação ou constituição de ônus, gravame ou direito de fruição sobre bens, créditos ou direitos integrantes do ativo da sociedade;
- k) A participação da sociedade em consórcios, em grupos de sociedades ou constituição de novas sociedades;
- l) A celebração de contratos de prestação de serviços cujo faturamento mensal seja superior a 1.000 (mil) salários mínimos;
- m) A assunção de quaisquer obrigações cujo valor (considerando o ato isoladamente ou o conjunto de atos relacionados a uma mesma operação) seja superior a 1.000 (mil) salários mínimos;
- n) A contratação de empréstimos ou financiamentos individualmente superiores a 1.000 (mil) salários mínimos ou qualquer nova contratação caso o montante total de empréstimos e financiamentos contratados seja superior a 5.000 (cinco mil) salários mínimos;
- o) A concessão ou tomada de mútuo ou constituição de qualquer outro tipo de instrumento financeiro destinado a concessão ou captação de recursos financeiros, independentemente do montante;
- p) A apresentação do pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou de autofalência; e,
- q) A nomeação e a destituição dos liquidantes e o julgamento de suas contas.

Parágrafo Primeiro: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão em reunião sobre as demonstrações financeiras exigidas em lei.

Parágrafo Segundo: A reunião deverá ser precedida de convocação, com 07 (sete) dias de antecedência, por e-mail ou carta com comprovação de seu recebimento, contendo a designação do dia, hora, local e pauta.

Parágrafo Terceiro: Dispensam-se as formalidades de convocação quando todos os sócios se reunirem a qualquer tempo ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Quarto: Fica dispensada a reunião quando todos os sócios assinarem documento escrito contendo os respectivos votos e manifestações sobre os assuntos levados a deliberação.

Parágrafo Quinto: Respeitadas as regras previstas nesta cláusula, as deliberações tomadas vinculam todos os sócios, inclusive o sócio ausente ou dissidente.

CLÁUSULA OITAVA

O exercício social encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas em lei, que servirão de base para distribuição dos lucros ou prejuízos verificados no exercício entre os sócios.



Parágrafo Primeiro: Por decisão de sócios que representem a maioria do capital, o montante definido a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio poderá ser distribuído através de critérios alternativos à proporcionalidade de quotas integralizadas. Caso não haja deliberação a esse respeito, os lucros serão distribuídos aos sócios proporcionalmente à respectiva participação no capital social.

Parágrafo Segundo: Poderá a sociedade apurar e distribuir lucros mensalmente, na forma prevista no caput e parágrafo desta cláusula.

CLÁUSULA NONA

Em caso de liquidação da sociedade, os sócios, em decisão majoritária, nomearão liquidante, determinando seus poderes, funções e remuneração. Em tal hipótese, solvido o passivo, o ativo líquido será dividido entre os sócios, na proporção do valor realizado de suas quotas.

CLÁUSULA DÉCIMA

Em caso de dissolução ou falência de qualquer sócio, a sociedade não se dissolverá. Os haveres do sócio dissolvido ou falido serão apurados pelo valor do capital social integralizado, constante na última alteração e consolidação de contrato social, e ser-lhes-ão pagos em 60 (sessenta) parcelas iguais, mensais e consecutivas, corrigidas pelo IPCA ou índice oficial que vier a substituí-lo, vencendo-se a primeira 90 (noventa) dias após a apresentação do competente alvará judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

O sócio que desejar transferir, ceder ou de qualquer forma alienar, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, parte ou a totalidade das quotas sociais de que seja titular, deverá antes oferecê-las ao outro sócio que terá o direito de preferência à aquisição sobre o montante de quotas sociais objeto da transação nas mesmas condições de pagamento propostas pelo terceiro proponente e ao preço máximo de R\$ 1,00 (hum real) por quota, caso o valor proposto seja superior a este patamar, ou ao mesmo preço se inferior a R\$ 1,00 (hum real) por quota.

Parágrafo Primeiro: Para que o mencionado direito de preferência possa ser exercido, deverá o sócio alienante comunicar sua intenção ao sócio remanescente, anexando a proposta obtida, com indicação da qualificação do ofertante, do preço e das condições de pagamento. Caberá ao sócio remanescente manifestar-se, igualmente por escrito e com observância das mesmas formalidades, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da comunicação.

Parágrafo Segundo: Não exercido o direito de preferência, dentro do prazo estabelecido no parágrafo primeiro, as quotas sociais poderão ser alienadas pelo ofertante ao adquirente, nos termos exatos de sua proposta, dentro de 30 (trinta) dias subsequentes. Não realizada a venda, no prazo assinalado, restabelece-se o direito de preferência previsto nesta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Caso o sócio controlador, titular de mais da metade das quotas sociais, pretenda vender a totalidade das suas quotas a terceiros, terá o direito de, a seu critério, exigir que o outro sócio venda suas quotas ao terceiro interessado na aquisição da totalidade das quotas da sociedade (*drag along*).



Parágrafo Primeiro: O sócio controlador só poderá exercer o direito: (i) na hipótese de aquisição pelo terceiro da totalidade das quotas representativas do capital social da sociedade; e, cumulativamente, (ii) se o valor atribuído à sociedade a ser utilizado em tal transação for, ao menos, igual ao capital social integralizado, constante na última alteração e consolidação de contrato social; (iii) se o pagamento ocorrer em moeda corrente ou na forma individualmente acordada por cada sócio; e, (iv) se o pagamento, quando em dinheiro, ocorrer em até 5 (cinco) anos com o saldo corrigido pelo IPCA, ou outro índice que porventura venha a sucedê-lo.

Parágrafo Segundo: Para o exercício deste direito, o sócio controlador deverá comunicar ao sócio remanescente com 30 (trinta) dias de antecedência, sua pretensão de alienar as quotas, anexando cópia da oferta para aquisição da totalidade das quotas, que deverá obrigatoriamente indicar o preço e as condições de pagamento oferecidas.

Parágrafo Terceiro: Para o exercício deste direito, o sócio controlador se compromete a fornecer ao sócio remanescente todas as informações necessárias e suficientes, sendo que a venda das quotas deverá se efetivar dentro de 60 (sessenta) dias contados do recebimento da comunicação enviada pelo sócio controlador.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Será ineficaz em relação à sociedade qualquer cessão efetivada sem observância das disposições contidas nas cláusulas Décima Primeira e Décima Segunda, obrigando-se seus sócios e administradores a não efetivar qualquer registro que implique ofensa às normas aqui estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Os sócios estão de acordo que as comunicações poderão ser efetuadas por meio do correio eletrônico utilizado pelos seus respectivos administradores ou através de correio comum na ausência deste.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Nas omissões deste contrato e das normas específicas aplicáveis às sociedades limitadas, serão aplicadas as disposições pertinentes às sociedades simples, na forma do art. 1.053 do Código Civil. Para as questões porventura emergentes do presente contrato, fica desde já eleito o Foro Central da Comarca de Porto Alegre, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento em via única, para que, obrigando as partes e respectivos sucessores, sirva aos fins de direito.

Porto Alegre, 11 de julho de 2019.

CENTAURO HOLDING DE INVESTIMENTOS LTDA: Sócio
Representada por: Antônio da Silva Mota Filho



CENTAURO PARTNERS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA: Sócio
Representada por: Diego Soares Núñez

JAIR ANSCHAU
Administrador não sócio



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 5103402 em 06/08/2019 da Empresa MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA, Nire 43203625264 e protocolo 193029693 - 22/07/2019. Autenticação: 5D8E83594F37C86AD5C0133C943396EFDFF0D018. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 19/302.969-3 e o código de segurança DLSy. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/08/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.


CARLOS VICENTE BERNARDONI GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL



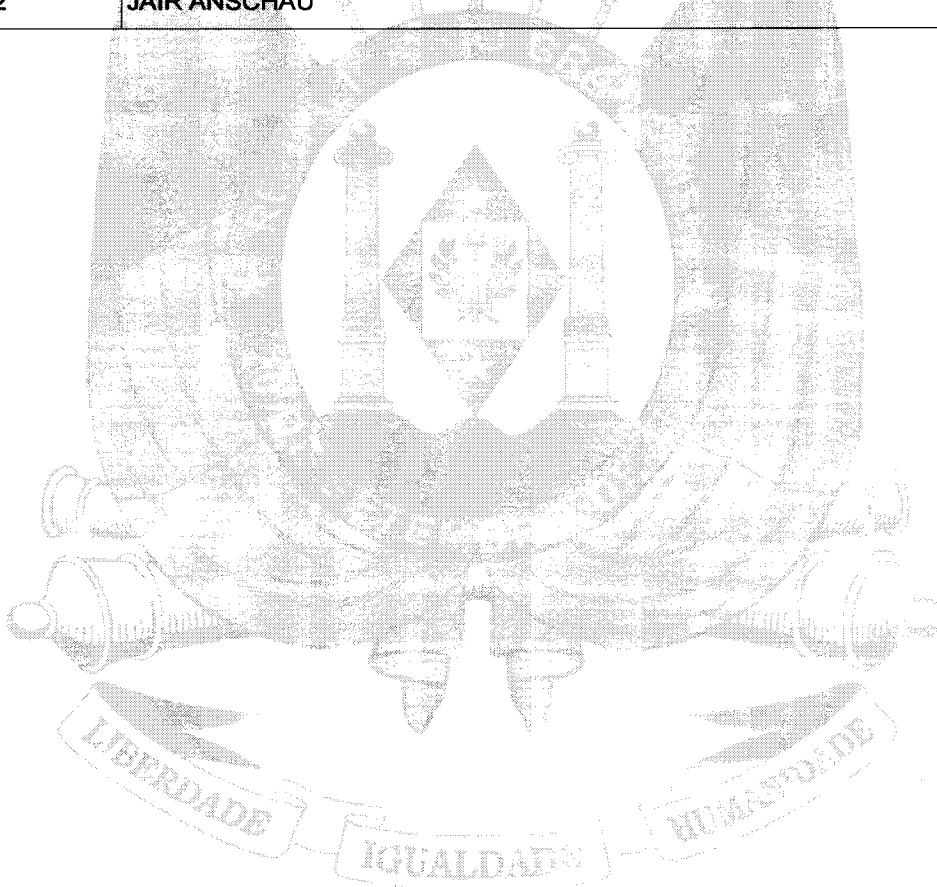
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/302.969-3	RSP1900157591	22/07/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
173.082.670-91	ANTONIO DA SILVA MOTA FILHO
106.667.357-86	DIEGO SOARES NUNEZ
885.842.830-72	JAIR ANSCHAU





Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Relatório de Filiais Abertas

Informamos que, do processo 19/302.969-3 arquivado nesta Junta Comercial sob o número 5103402 em 06/08/2019 da empresa 4320362526-4 MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA, consta a abertura da(s) seguinte(s) filial(ais):

NIRE	ENDEREÇO
4390200304-1	RUA BOQUEIRAO 3835 - BAIRRO ESTANCIA VELHA CEP 92032-420 - CANOAS/RS

06/08/2019



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 5103402 em 06/08/2019 da Empresa MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA, Nire 43203625264 e protocolo 193029693 - 22/07/2019. Autenticação: 5D8E83594F37C86AD5C0133C943396EFDFF0D018. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 19/302.969-3 e o código de segurança DLSy. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/08/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

CARLOS V. B. GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 11/13



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governador do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA, de nire 4320362526-4 e protocolado sob o número 19/302.969-3 em 22/07/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 5103402, em 06/08/2019. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Luis Valter Meirelles Barbosa.

Assina o registro, mediante certificado digital, o Secretário-Geral, Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
885.842.830-72	JAIR ANSCHAU

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
885.842.830-72	JAIR ANSCHAU
173.082.670-91	ANTONIO DA SILVA MOTA FILHO
106.667.357-86	DIEGO SOARES NUNEZ

Porto Alegre, Terça-feira, 06 de Agosto de 2019

Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves: 19310781068

Página 1 de 1



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 5103402 em 06/08/2019 da Empresa MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA, Nire 43203625264 e protocolo 193029693 - 22/07/2019. Autenticação: 5D8E83594F37C86AD5C0133C943396EFDFF0D018. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 19/302.969-3 e o código de segurança DLSy. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/08/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.


CARLOS V. B. GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

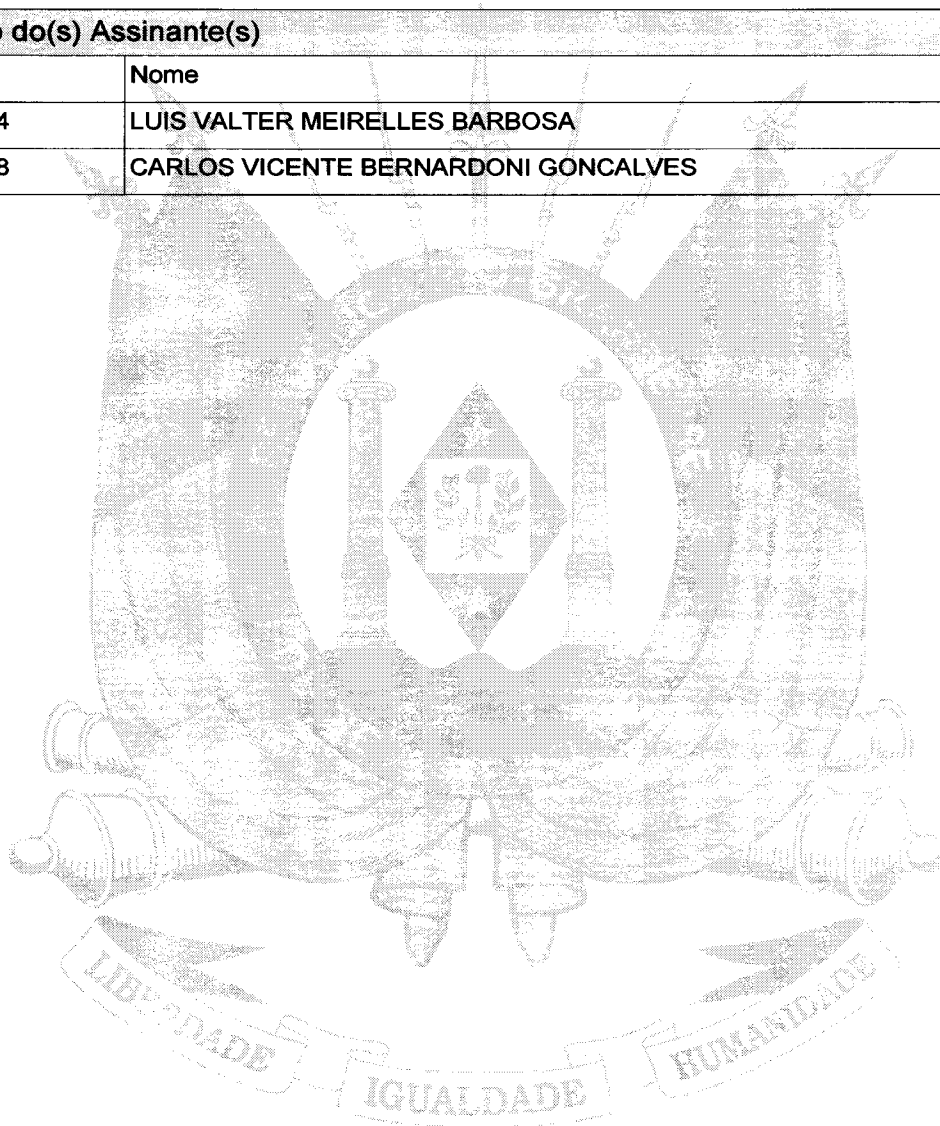
pág. 12/13



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
RIO GRANDE DO SUL
Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
349.294.440-04	LUIS VALTER MEIRELLES BARBOSA
193.107.810-68	CARLOS VICENTE BERNARDONI GONCALVES

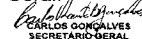


Porto Alegre. Terça-feira, 06 de Agosto de 2019



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 5103402 em 06/08/2019 da Empresa MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA, Nire 43203625264 e protocolo 193029693 - 22/07/2019. Autenticação: 5D8E83594F37C86AD5C0133C943396EFDFF0D018. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 19/302.969-3 e o código de segurança DLSy. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/08/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.


CARLOS VICENTE BERNARDONI GONCALVES
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 13/13



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

43203625264

Código da Natureza Jurídica

2062

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Nome: **MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA**
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



RS2201900134835

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	------------------	------	---------------------------

1	021			ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS
---	-----	--	--	-------------------------------------

2001	1	ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR
------	---	--------------------------------

2005	1	SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR
------	---	------------------------------

PORTO ALEGRE

Local

16 Julho 2019

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

☐ NÃO _____
Data Responsável

☐ NÃO _____
Data Responsável

Processo em Ordem
A decisão

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐

☐

☐

☐

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐

☐

☐

☐

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 5087267 em 16/07/2019 da Empresa MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA, Nire 43203625264 e protocolo 192760386 - 04/07/2019. Autenticação: 5B8FC9812CC655DF276228E4A5168DCC42541720. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 19/276.038-6 e o código de segurança OiF8. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/07/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves
CARLOS VICENTE BERNARDONI GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL



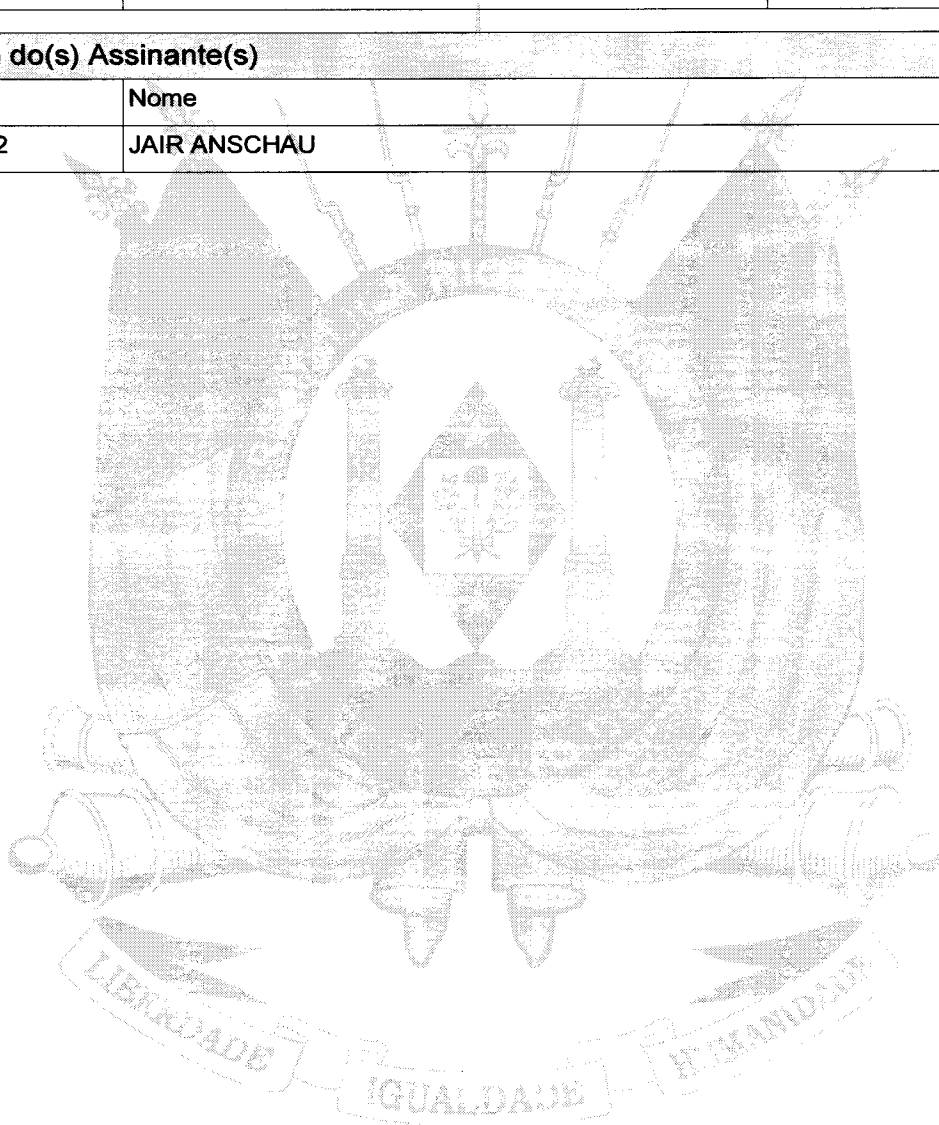
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/276.038-6	RS2201900134835	04/07/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
885.842.830-72	JAIR ANSCHAU



Página 1 de 1



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 5087267 em 16/07/2019 da Empresa MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA, Nire 43203625264 e protocolo 192760386 - 04/07/2019. Autenticação: 5B8FC9812CC655DF276228E4A5168DCC42541720. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 19/276.038-6 e o código de segurança Oif8. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/07/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves
CARLOS VICENTE BERNARDONI GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 2/7

MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA.

CNPJ 02.207.800/0001-03

NIRE 43.2.0362526.4

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS

I - Data, Hora e Local: 03 de julho de 2019, às 8:00 horas, na Alameda Três de Outubro, 630, sala 101, Bairro Sarandi, na cidade de Porto Alegre (RS), CEP: 91130-470.

II - Presença: Presentes a **totalidade** dos sócios da MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA., sociedade empresária inscrita no CNPJ sob nº 02.207.800/0001-03, contrato social registrado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob NIRE nº 43.2.0362526.4, a saber: **(i) CENTAURO HOLDING DE INVESTIMENTOS LTDA.**, sociedade empresária com sede na Alameda Três de Outubro, n.º 630, sala 201, bairro Sarandi, Porto Alegre/RS, CEP: 91130-470, inscrita no CNPJ sob nº 33.312.046/0001-03, NIRE: 43208438616, constituída em 10/04/2019, neste ato agindo por intermédio de seu sócio administrador Antônio da Silva Mota Filho, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, nascido em 08/10/1946, empresário, portador da Carteira de Identidade n.º 2004204406 SSP/RS, inscrito no CPF sob nº 173.082.670-91, residente e domiciliado à Rua Dona Adda Mascarenhas de Moraes n.º 1226, apartamento 702, bairro Jardim Itu, Porto Alegre/RS, CEP 91220-140; e, **(ii) CENTAURO PARTNERS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.**, sociedade empresária com sede na Alameda Três de Outubro, n.º 630, sala 201, bairro Sarandi, Porto Alegre/RS, CEP: 91130-470, inscrita no CNPJ sob nº 33.311.198/0001-83, NIRE: 43208438594, constituída em 10/04/2019, neste ato agindo por intermédio de seu administrador não sócio Diego Soares Núñez, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, nascido em 04/08/1984, economista, portador da Carteira de Identidade n.º 1135273082 SSP/RS, inscrito no CPF sob nº 106.667.357-86, residente e domiciliado na Avenida Ferdinand Kisslinger, n.º 200, apartamento 802, torre 1, bairro Jardim Europa, CEP 91360-054.

III - Mesa: A reunião foi presidida pelo Sr. Antônio da Silva Mota Filho, acima qualificado, que convidou o Sr. Diego Soares Núñez, acima qualificado, para secretariar os trabalhos.

IV - Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a destituição do administrador atual, (ii) a nomeação de novo administrador e (iii) a remuneração do administrador.

V - Deliberações: Detidamente analisada a matéria objeto da ordem do dia, os sócios deliberaram o seguinte:

(i) Destituir o atual administrador da sociedade, Sr. **Ivo Jose Ames**, casado pelo regime de comunhão universal de bens, nascido em 22/07/1964, contador, portador da Carteira de Identidade n.º 1028290078 SSP/RS, inscrito no CPF sob nº 410.952.510-15, residente e domiciliado na Rua Monte castelo, n.º 74, bairro Vista Alegre, Cachoeirinha/RS, CEP: 94.945-400, exonerando-o de responsabilidade.



(ii) Eleger e nomear o Sr. **Jair Anschau**, Brasileiro, Solteiro, nascido em 02/04/1972, Administrador, registrado no CRARS sob o n.º 033196, portador da Carteira de Identidade nº 6056192047 SSP/RS, inscrito no CPF sob nº 885.842.830-72, residente e domiciliado na Rua Moyses Antunes da Cunha, n.º 55, apartamento 605, bloco A2, CEP: 90.640-190, ao cargo de **Administrador**.

O administrador eleito, acima qualificado, declarou e ratifica ao assinar a presente ata, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, nem condenado ou sob os efeitos de condenação, à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

(iii) Fixar o valor limite de remuneração mensal do administrador, no valor equivalente a 8 (oito) salários mínimos, sendo que o valor de remuneração efetiva poderá ser estabelecido em patamar inferior a este limite, de comum acordo;

VI - Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata no livro próprio, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, conferida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada.

Porto Alegre/RS, 03 de julho de 2019.

Mesa:

Antônio da Silva Mota Filho

Diego Soares Núñez

Sócios:

**CENTAURO HOLDING DE INVESTIMENTOS
LTDA.**

Antônio da Silva Mota Filho

**CENTAURO PARTNERS CONSULTORIA
EMPRESARIAL LTDA.**

Diego Soares Núñez

Administrador:

Jair Anschau





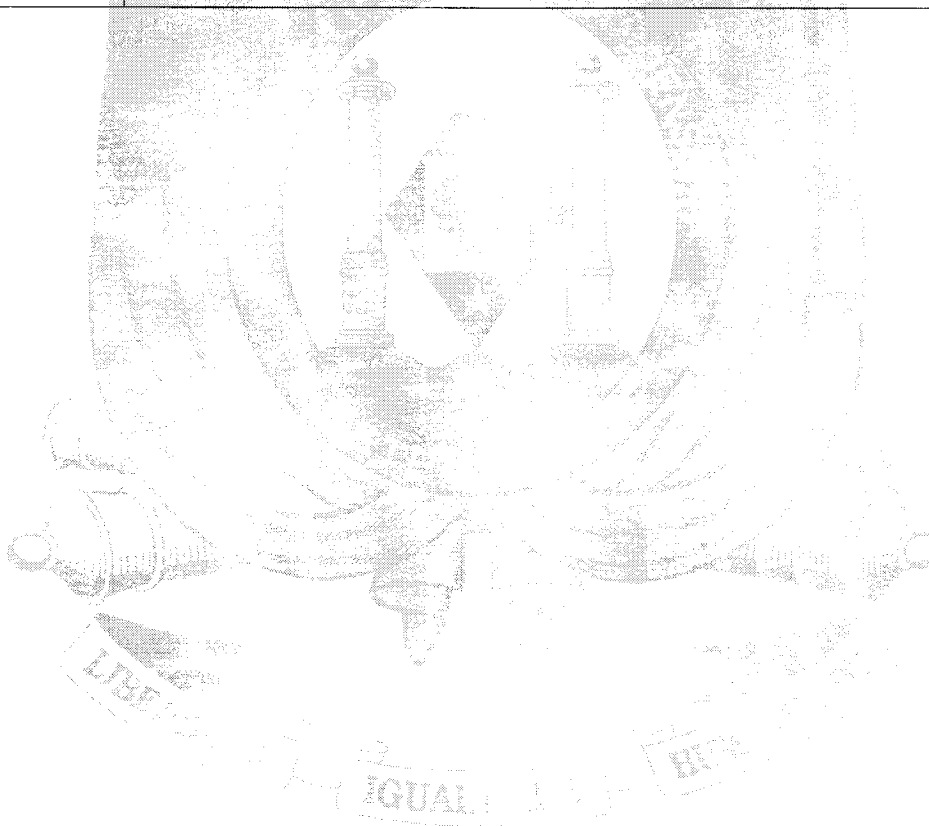
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/276.038-6	RS2201900134835	04/07/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
173.082.670-91	ANTONIO DA SILVA MOTA FILHO
106.667.357-86	DIEGO SOARES NUNEZ
410.952.510-15	IVO JOSE AMES
885.842.830-72	JAIR ANSCHAU



Página 1 de 1



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 5087267 em 16/07/2019 da Empresa MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA, Nire 43203625264 e protocolo 192760386 - 04/07/2019. Autenticação: 5B8FC9812CC655DF276228E4A5168DCC42541720. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 19/276.038-6 e o código de segurança 0i18. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/07/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.


CARLOS VICENTE BERNARDONI GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 5/7



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA, de nire 4320362526-4 e protocolado sob o número 19/276.038-6 em 04/07/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 5087267, em 16/07/2019. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Dulce Aparecida Dias.

Assina o registro, mediante certificado digital, o Secretário-Geral, Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
885.842.830-72	JAIR ANSCHAU

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
410.952.510-15	IVO JOSE AMES
885.842.830-72	JAIR ANSCHAU
173.082.670-91	ANTONIO DA SILVA MOTA FILHO
106.667.357-86	DIEGO SOARES NUNEZ

Porto Alegre, Terça-feira, 16 de Julho de 2019

Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves: 19310781068

Página 1 de 1



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 5087267 em 16/07/2019 da Empresa MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA, Nire 43203625264 e protocolo 192760386 - 04/07/2019. Autenticação: 5B8FC9812CC655DF276228E4A5168DCC42541720. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 19/276.038-6 e o código de segurança 0if8. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/07/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

CARLOS VICENTE BERNARDONI GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

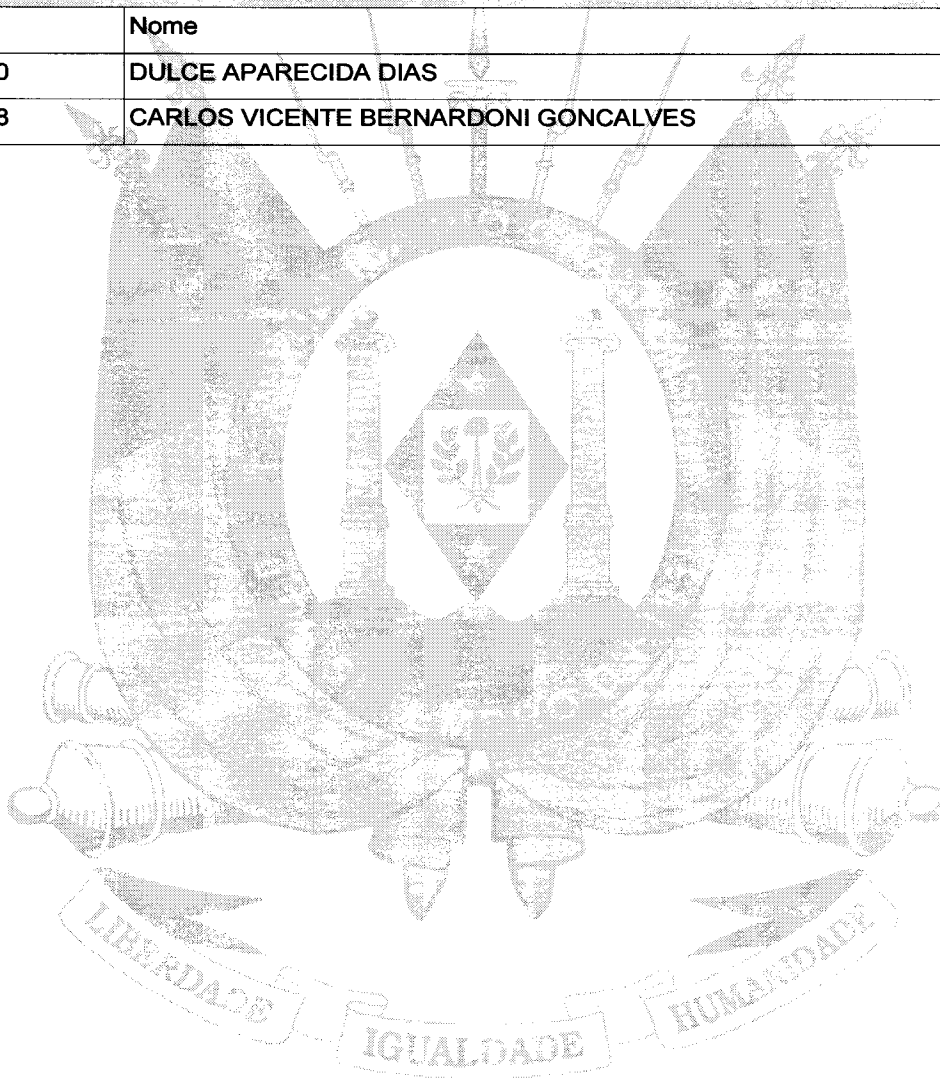
pág. 6/7



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
RIO GRANDE DO SUL
Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
293.271.800-20	DULCE APARECIDA DIAS
193.107.810-68	CARLOS VICENTE BERNARDONI GONCALVES



Porto Alegre. Terça-feira, 16 de Julho de 2019



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 5087267 em 16/07/2019 da Empresa MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA, Nire 43203625264 e protocolo 192760386 - 04/07/2019. Autenticação: 5B8FC9812CC655DF276228E4A5168DCC42541720. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 19/276.038-6 e o código de segurança Oif8. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/07/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.


CARLOS VICENTE BERNARDONI GONCALVES
SECRETÁRIO-GERAL